

As mulheres na igreja: um panorama bíblico

F. F. Bruce

F. F. Bruce · tradução para o alemão de Hans-Jörg Ronsdorf · abril de 2021 · revisada em outubro de 2026

“Women in the Church: A Biblical Survey”, Christian Brethren Review 33 (1982): 7-14.

Sobre o autor: *Frederick Fyvie Bruce*, conhecido como **F. F. Bruce** (* 12 de outubro de 1910 em Elgin, Escócia; † 11 de setembro de 1990 em Buxton, Derbyshire, Inglaterra), foi um teólogo evangélico escocês, considerado por alguns autores um dos neotestamentaristas mais influentes da teologia britânica do século XX.

Bruce era filho de um evangelista do movimento dos Irmãos e durante toda a vida foi membro ativo dos Irmãos Abertos, embora não aceitasse o dispensacionalismo que fazia parte da doutrina do movimento dos Irmãos.

Em 1959 tornou-se, na Universidade de Manchester, professor John Rylands de Crítica Bíblica e Exegese. Nesse cargo orientou mais teses de doutorado em estudos bíblicos do que qualquer outro professor de sua geração. Atribui-se a ele um conhecimento extraordinário da Bíblia; estudantes contam que, nas aulas, ele citava de memória tanto o texto original hebraico e grego quanto várias traduções inglesas da Bíblia.

Em sua postura pessoal, era conhecido como evangélico. Foi um entusiasmado apoiador do movimento estudantil evangélico InterVarsity e, por mais de 20 anos (1956–78), coeditor consultivo da revista Christianity Today.

Ao contrário da maioria dos evangélicos de sua geração, e com base em sua interpretação das cartas de Paulo, ele foi um defensor decidido da igualdade de direitos das mulheres no ministério da igreja.

Em alemão não houve muitas publicações dele. A mais conhecida na minha juventude foi “Die Glaubwürdigkeit der Schriften des Neuen Testaments” (A confiabilidade dos escritos do Novo Testamento), de 1976. Quem se interessar pelas publicações em alemão pode procurar aqui em sebos:

“F. F. Bruce” – livros usados, de sebo e novos (booklooker.de)

Observações introdutórias

O fenômeno do condicionamento cultural e as adaptações ligadas a ele são ilustrados repetidas vezes na própria Bíblia. Vemos os nômades israelitas passando do deserto para a vida agrícola e sedentária de Canaã; vemos como essa agricultura camponesa cede lugar, sob a monarquia, a uma economia urbana e voltada para o comércio. Com todos os abusos contra os quais protestaram os grandes profetas de Israel. Vemos a adaptação pós-exílica à vida como parte de um grande império bem organizado – primeiro persa, depois helenístico, depois romano. Mesmo dentro dos limites estreitos (no tempo) do Novo Testamento, vemos como o evangelho é transplantado de sua matriz judaica e palestina para o ambiente gentio do mundo mediterrâneo. Nesse sentido, chama especialmente a atenção a maneira de João. Enquanto preserva o evangelho original de Cristo, ele expressa a validade permanente e universal desse evangelho num novo estilo de linguagem, para um público bem diferente daquele a quem ele foi anunciado primeiro.

Uma das principais preocupações dos escribas e fariseus no tempo de nosso Senhor era aplicar a seus contemporâneos um código de leis que fora dado originalmente numa forma de vida totalmente diferente. A lei do sábado, por exemplo, foi formulada com vistas a uma economia simples de pastores ou de agricultores, na qual “trabalho” era um conceito claramente entendido. Mas que tipos de atividade caíam sob a proibição do “trabalho” na situação mais complexa do início da era cristã? Os escribas perceberam que uma definição detalhada era necessária para dar às pessoas uma orientação clara: numa de suas escolas foram estabelecidas trinta e nove categorias de “trabalho”, todas proibidas no sábado.

Essa era uma maneira de enfrentar o problema do condicionamento cultural; o caminho de Jesus era outro. Ele preferia voltar aos princípios fundamentais: todo tipo de ação que promovia o propósito original do mandamento o cumpria; todo tipo de ação que impedia esse propósito original o violava. Mas cabia às próprias pessoas decidir quais ações promoviam o propósito original e quais o impediam: ele não queria dar prescrições exatas.

Os evangelhos mostram o contraste entre o caminho dos escribas e o caminho de Jesus no trato com o Antigo Testamento. A história posterior da igreja, até a nossa própria geração, mostra o mesmo contraste no trato com o Novo Testamento e nas diferentes tentativas de aplicar seus princípios a situações que mudam. O direito eclesiástico, seja ele chamado expressamente assim ou não, é um exemplo do caminho dos escribas – a tradição dos anciãos.

É perfeitamente de esperar que o condicionamento cultural entre em jogo quando a mensagem perene do Novo Testamento recebe hoje a nossa atenção prática. A situação local e temporal em que essa mensagem foi transmitida pela primeira vez precisa ser levada em conta, se quisermos reconhecer qual é realmente a sua mensagem permanente. Especialmente quando queremos aprender como ela deve ser aplicada de novo nas circunstâncias locais e temporais de nossa própria cultura.

No caso dos missionários que levam o evangelho a países de tradição diferente da sua, consideramos isso evidente. Mesmo com a nossa interligação instantânea e mundial, o choque cultural continua sendo uma realidade – uma realidade que vale nos dois sentidos. Partamos, de modo semelhante, do princípio de que uma consciência sensível das culturas em que os evangelhos e as cartas surgiram primeiro nos ajudará a entender esses documentos em seu próprio ambiente. Para depois tirar proveito deles também em nosso próprio contexto de vida.

I. NA CRIAÇÃO

O ensino fundamental das narrativas da criação é que Deus, quando criou o ser humano (Adão) como sua imagem, os criou homem e mulher (Gênesis 1:27).

Na narrativa de Gênesis 1 não se coloca nenhuma questão de prioridade, muito menos de superioridade. Em Gênesis 2, a mulher é formada (no tempo) depois do homem, para “ser uma auxiliadora que lhe corresponda” – e não, como disse um intérprete posterior, “ele somente para Deus, ela para Deus nele”. A precedência (temporal) do homem nessa narrativa da criação não significa a sua superioridade. Qualquer afirmação nesse sentido poderia ser respondida com o contra-argumento de que aquilo que foi criado por último coroa a obra – mas nenhum dos dois argumentos leva a lugar algum.

II. NA QUEDA

É na narrativa da Queda, e não nas narrativas da criação, que a superioridade de um sexo sobre o outro é mencionada pela primeira vez. E aqui não se trata de uma superioridade inerente, mas de uma superioridade exercida com violência. As palavras do Criador a Eva, “o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gênesis 3:16), significam que, em nossa condição humana pecaminosa, o homem se aproveita do desejo natural da mulher por ele para dominá-la e subjugá-la. ***A subjugação da mulher é, de fato, um sintoma da natureza caída do homem.***

Se a obra de Cristo inclui a superação das consequências da Queda, então o efeito de sua obra para a libertação da mulher é evidente.

III. NA NOVA CRIAÇÃO

(a) A atitude e o ensino de Jesus

Jesus nasceu numa cultura dominada pelos homens. Algumas de suas premissas básicas ele minou de forma discreta e indireta. Seu tratamento da questão do divórcio, por exemplo, não ilustra apenas o seu constante apelo aos princípios fundamentais; o seu efeito prático mais importante foi corrigir um desequilíbrio que pesava fortemente sobre as mulheres. Seus discípulos homens perceberam isso imediatamente, como mostra a reação deles. “Se um homem não pode, em circunstância alguma, divorciar-se de sua mulher”, disseram eles, “é melhor não casar” (Mateus 19:10).

Do fato de que todos os doze apóstolos originais eram homens tiraram-se às vezes conclusões injustificadas. Mas, na verdade, os discípulos homens de nosso Senhor fizeram triste figura ao lado de suas discípulas mulheres, especialmente em suas últimas horas; e foi às mulheres que ele confiou primeiro o privilégio de levar a notícia de sua ressurreição.

Ele tratava as mulheres de modo totalmente natural e desembaraçado, como pessoas de verdade. Transmitiu o seu ensino aos ouvidos atentos e ao coração de Maria de Betânia, enquanto revelava justamente a uma samaritana a natureza da verdadeira adoração. Seus discípulos, que o encontraram assim junto ao poço, ficaram surpresos por ele estar falando com uma mulher: para um mestre religioso, algo assim era, na melhor das hipóteses, perda de tempo e, na pior, um perigo espiritual.

(b) A atitude e o ensino de Paulo

Nas muitas referências de Paulo a seus colaboradores, sejam homens ou mulheres, ***não se insinua nenhuma diferença de ministério ou de posição.*** Entre estas últimas lembramos Febe, a diácona (e não diaconisa!) da igreja em Cencreia (Romanos 16:1-2), que, ao entregar intacta a Carta aos Romanos, prestou um serviço inestimável à igreja universal. E Evódia e Síntique, de Filipos, a quem Paulo elogiou como mulheres que trabalharam lado a lado com ele no evangelho, juntamente com Clemente e outros (Filipenses 4:3). Paulo usa o título “apóstolo” de modo mais amplo do que Lucas, e possivelmente inclui entre eles até mesmo pelo menos uma mulher, se a pessoa mencionada em Romanos 16:7 ao lado de Andrônico for Júnias, uma mulher (como Crisóstomo a entendia), e não Júnias, um homem.

Do ponto de vista da formação de Paulo, ele expressa uma ideia revolucionária quando declara que “em Cristo Jesus ... não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher” (Gálatas 3:28). Já em seu tempo, a oração matinal judaica provavelmente continha o trecho em que o

homem piedoso agradece a Deus por tê-lo criado judeu e não gentio, livre e não escravo, homem e não mulher. Esses três privilégios são aqui apagados: por mais reais que fossem no judaísmo do tempo de Paulo – em Cristo eles foram abolidos. No judaísmo, só as pessoas do sexo masculino recebiam em seu corpo o selo visível da aliança com Abraão; é uma consequência do evangelho de Paulo, livre da circuncisão, que todo privilégio religioso desse tipo dos homens em relação às mulheres seja abolido. Até hoje, entre os judeus ortodoxos, o quórum para uma congregação de sinagoga é de dez homens livres; se não houver dez homens presentes, o culto não pode começar. (Aliás, podemos ficar contentes por termos, para as reuniões cristãs, o número menos rigoroso de “dois ou três”, sem que se diga nada sobre serem homens ou mulheres.) Paulo, por sua vez, espera que as mulheres cristãs desempenhem um papel responsável nas reuniões da igreja. E, quando, por preocupação com a ordem pública, pede que cubram a cabeça ao orar ou profetizar, ***o véu é o sinal da autoridade delas para exercer dessa maneira a sua liberdade cristã – e não o sinal de que outra pessoa tem autoridade sobre elas.***

Nada do que Paulo diz em outros lugares sobre a participação das mulheres no culto pode ser entendido num sentido que contradiga essas declarações de princípio. Isso vale para as aparentes restrições à liberdade pública delas em 1 Coríntios 14:34 (“conservem-se as mulheres caladas nas igrejas”) e 1 Timóteo 2:11 (“a mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão”). De fato, foram levantadas questões críticas sobre o texto de 1 Coríntios 14:34-35 (que a tradição “ocidental” situa depois do versículo 40) ou sobre a autoria direta das Cartas Pastorais. As evidências não são suficientes para retirar 1 Coríntios 14:34-35 do texto autêntico; a proibição expressa nesses versículos refere-se a fazer perguntas que implicam um julgamento sobre manifestações proféticas (pelo menos é o que o contexto deles leva a supor). Quanto às Cartas Pastorais, nós as recebemos como Escritura canônica, e isso vale também para 1 Timóteo 2:9-15. Estou inclinado a concordar com Crisóstomo, que lia o Novo Testamento grego em sua língua materna, que em 1 Timóteo 2:9-10 há uma instrução (que desenvolve o ensino de 1 Coríntios 11:2-16) de que a roupa e o comportamento das mulheres devem ser adequados quando elas participam da oração pública. Nos versículos 11 e 12 desse capítulo, porém, não se concede às mulheres, de modo bem explícito, a permissão de ensinar ou de governar. A relevância dos dois argumentos – (a) que Adão foi criado antes de Eva e (b) que Eva foi realmente enganada, enquanto Adão sabia o que fazia quando quebrou o mandamento divino – não é imediatamente evidente. Não estou muito satisfeito com a tese de que o primeiro seja um exemplo antigo do princípio da primogenitura, que reconhece os direitos especiais do primogênito.

A exegese procura determinar o sentido do texto em seu ambiente primário. Mas, depois que a exegese fez o seu trabalho, nossa aplicação do texto deve evitar tratar o Novo Testamento como um livro de regras. Quando aplicamos o texto do Novo Testamento à nossa própria situação, não precisamos tratá-lo como os escribas do tempo de nosso Senhor tratavam o Antigo Testamento. ***Não devemos transformar o que foi pensado como orientação para os crentes numa situação específica em lei obrigatória para todos os tempos.***¹ (É geralmente reconhecido que as prescrições relativas às viúvas, que aparecem mais adiante em 1 Timóteo, não precisam hoje ser cumpridas literalmente, embora o seu princípio essencial deva continuar sendo observado.) ***É um paradoxo irônico quando Paulo, que tanto se empenhou em libertar seus convertidos da escravidão da lei, é transformado em legislador para as gerações posteriores. A liberdade do Espírito, que numa determinada situação pode ser preservada por uma série de diretrizes, pode exigir numa situação nova um procedimento diferente.***

Surge naturalmente a pergunta: segundo que critérios se pode distinguir com segurança entre os elementos das cartas apostólicas que têm validade local e passageira e aqueles que têm validade universal e permanente? A questão é grande demais para ser discutida aqui em detalhe. **No que diz respeito aos escritos de Paulo, porém, uma regra confiável é dada pela sua ênfase apaixonada na liberdade – a verdadeira liberdade, em contraste com a escravidão espiritual, de um lado, e a permissividade moral, de outro. Ela diz: tudo o que no ensino de Paulo promove a verdadeira liberdade tem validade universal e permanente;** tudo o que parece restringir a verdadeira liberdade refere-se a condições locais e passageiras. (Por exemplo, para passar a outro campo temático, as restrições à liberdade de um cristão na questão da comida são condicionadas pela sociedade em que ele ou ela se encontra no momento; e mesmo essas restrições são expressão do princípio superior de sempre levar em conta o bem dos outros.)

Um apelo aos princípios fundamentais em nossa aplicação do Novo Testamento poderia exigir o reconhecimento de que, quando o Espírito, em seu soberano beneplácito, concede dons diferentes a crentes individuais, esses dons se destinam a ser exercidos para o bem de toda a igreja. Se ele evidentemente negasse às mulheres cristãs os dons do ensino ou da liderança, deveríamos aceitar isso como prova de sua vontade (1 Coríntios 12:11). **Mas a experiência mostra que ele concede esses e outros dons “com apreço indistinto” igualmente a homens e mulheres** – naturalmente não a todas as mulheres, e tampouco a todos os homens. **Por isso é insatisfatório contentar-se, nessa questão do ministério feminino, com um meio-termo ou com um compromisso, segundo o qual elas podem orar e profetizar, mas não ensinar nem liderar.**

Permita-me acrescentar que um apelo a esses princípios fundamentais em nossa aplicação do Novo Testamento exige que não se faça nada que ponha em risco a unidade de uma igreja local. Quem entende as Escrituras da forma sugerida neste artigo deve ter a liberdade de interpretá-las assim. Mas não deve forçar o ritmo nem tentar impor a sua compreensão das Escrituras até que essa compreensão encontre aceitação geral na igreja. E, quando isso acontecer, não será necessário impô-la.

IV. O SACERDÓCIO DAS MULHERES

Os debates recentes sobre a admissão de mulheres ao sacerdócio na Igreja da Inglaterra e em comunhões semelhantes nascem em grande parte de uma concepção do sacerdócio cristão que nós não compartilhamos. Nesses debates, muitos admitiram abertamente que as mulheres podem exercer na igreja praticamente todas as funções que um pastor de igreja livre exerce. A única coisa que uma mulher não pode fazer é celebrar a Eucaristia.

O conceito de sacerdócio implícito numa posição assim é o de um estado separado, no qual determinados homens escolhidos são solenemente ordenados. A exclusão das mulheres dessa ordenação é defendida com uma grande variedade de argumentos, alguns menos convincentes do que outros. Sem a presença e a ação de um sacerdote assim ordenado, afirma-se, um culto de Ceia é irregular, se não até inválido.

Bem, poderíamos dizer que essa é uma questão que não nos diz respeito: cremos no sacerdócio de todos os crentes; não reconhecemos nenhuma ordem sacerdotal restrita. Então estaria tudo bem se, num de nossos cultos de Ceia, uma mulher desse graças pelo pão e o partisse antes que fosse distribuído à igreja? Suspeito que alguns de nossos irmãos – talvez a contragosto – concederiam a uma

mulher qualquer outra coisa antes de conceder isso. (Peço desculpas se estou sendo injusto com eles; mas essa é a impressão que às vezes tenho.) Mas por quê? A ação de graças e o partir preparatório do pão à mesa só são atos sacerdotais na medida em que a pessoa que os realiza o faz como representante dos outros crentes ali presentes, que exercem o seu sacerdócio comum. Mas não como representante de Cristo, que está realmente presente à sua mesa e não precisa de ninguém que o represente. Por que uma mulher cristã, que compartilha o nosso sacerdócio comum, não poderia também realizar um ato representativo assim em nome de seus irmãos na fé, do mesmo modo que um homem cristão? ***Esta não é uma pergunta retórica; eu gostaria muito de ter uma resposta bíblica.***

Em algumas de nossas conferências de mulheres, contaram-me, as mulheres conduzem com muita competência todas as outras partes do programa; para o culto de Ceia, porém, considera-se desejável trazer um ou dois homens de fachada para dirigi-lo. Isso não é culpa das organizadoras; mas elas sabem muito bem que algumas de suas irmãs deixariam de participar se seus líderes espirituais soubessem que mulheres dirigem o culto de Ceia.

J. N. Darby certamente não era feminista, mas tinha uma forte veia de bom senso. Ele achava um tanto inadequado que uma mulher sequer puxasse um hino, “mas não tenho nada contra”, acrescentou, “se ela o fizer com modéstia”. Mas, quando lhe perguntaram se mulheres cristãs poderiam tomar a Ceia juntas na ausência de homens, ele disse: “Se três mulheres estivessem numa ilha deserta, não vejo por que não deveriam partir o pão juntas, se o fizerem em particular.” Nisso ele mostrou o seu bom senso. Naturalmente, elas dificilmente poderiam fazê-lo de outra forma senão em particular, se estivessem sozinhas numa ilha deserta; e existem outras ilhas desertas que não são cercadas de água.

V. TRADIÇÕES E PRÁTICAS DOS IRMÃOS

A menção de J. N. Darby pode dar a impressão de que o movimento dos Irmãos – diferentemente (por exemplo) dos quacres – tendeu desde o início a ser dominado por homens. Não me esqueço daquela distinta senhora, Theodosia, viscondessa de Powerscourt, mas também ela “sabia qual era o seu lugar”.

Dois fatores mantiveram essa atitude: de um lado, a persistente tradição de alta igreja em nosso movimento (dos Irmãos); de outro, o escribismo (para não dizer legalismo) de nossa aplicação da Escritura.

Houve, de fato, exceções notáveis. A igreja dos Irmãos na Hohenstaufenstraße, em Berlim, foi fundada por Toni von Blücher (uma descendente do companheiro de armas de Wellington em Waterloo) e algumas mulheres que pensavam como ela. Quando um homem se juntou à comunhão delas, ele era (ao contrário delas) tão pouco dotado que a sua presença não mudou nada no modo de proceder delas. E sei de uma assembleia dos Irmãos no nordeste da Escócia – em Rhynie, Aberdeenshire – que, no último quarto do século XIX, insistiu obstinadamente em conceder às mulheres, assim como aos homens, a liberdade de ministério. Na minha juventude conheci uma senhora muito idosa, a sra. Lundin-Brown, que costumava passar o verão em nossa região. Sua atividade cristã remontava a muito antes do avivamento de 1859, e ela desfrutava da comunhão dos Irmãos apesar de seu zelo na proclamação pública do evangelho. Na época em que a conheci, ela caminhava para os cem anos e já não podia continuar a sua atividade de pregação, mas não se deixava impedir de participar

audivelmente das reuniões de oração nas assembleias dos Irmãos mais tradicionais do norte da Escócia. Uma senhora idosa de vontade inflexível consegue tudo!

Esse exercício da liberdade era atípico, naquela época, para a maioria das denominações. Mas as atitudes do século XIX tendem a perdurar onde não são claramente distinguidas dos princípios do século I.

CONCLUSÃO

O que foi dito no início deste ensaio sobre o condicionamento cultural em tempos anteriores vale também para os nossos dias. Também nós somos culturalmente condicionados, só que não percebemos. O movimento de libertação da mulher condicionou não apenas as nossas práticas, mas também o nosso vocabulário. Mas numa questão tão importante como a que estamos considerando agora, seria uma pena se nos deixássemos influenciar, no pensamento e na prática, pelos movimentos contemporâneos do mundo, e não pela direção do Espírito. Ele fala hoje a sua palavra libertadora a homens e mulheres por meio do ministério de nosso Senhor e de seu servo Paulo. ***Esse ministério, essa palavra libertadora, está ancorado para nós nas páginas da Escritura: usar corretamente a Escritura significa ouvir o que o Espírito diz por meio dela às igrejas do século XX, e igualmente ouvir o que ele disse às do século I.***

De um posfácio sobre F. F. Bruce: embora a sua tradição eclesiástica não tivesse estado exatamente na linha de frente do movimento de libertação da mulher, ele acreditava na plena participação de mulheres e homens em todos os aspectos do ministério da igreja, bem como em todas as áreas da vida pública e privada. ***“Pessoalmente, eu não poderia aprovar uma posição que faça, no ministério da igreja, uma diferença de princípio entre homens e mulheres ... Se, como os cristãos evangélicos em geral creem, o sacerdócio cristão é um privilégio de que todos os crentes participam, não pode haver razão para que uma mulher cristã não exerça o seu sacerdócio nas mesmas condições que um homem cristão.”***

Tradução para o alemão: Hans-Jörg Ronsdorf, 9/4/2021 hj-ronsdorf@t-online.de

Fonte: © 1982 Partnership (<http://www.partnershipuk.org/>). Reproduzido com gentil permissão.

Preparado para a internet em dezembro de 2007 por Robert I. Bradshaw.
<http://www.biblicalstudies.org.uk/>

Notas

1. Nota do tradutor: Não devemos manusear a Bíblia como um livro de receitas, como ouvi recentemente numa pregação, mas viver a Palavra como regra, na liberdade do Espírito e numa relação viva com a Palavra viva (Logos) de Deus, Jesus, o Cristo.